



PROGRAMA DE
REGIONALIZAÇÃO
DO TURISMO

DIRETRIZES



Roteiros do
Brasil

PROGRAMA DE
REGIONALIZAÇÃO
DO TURISMO



PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

DIRETRIZES

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Diretrizes

A dimensão e a diversidade do território brasileiro são de tal ordem que a estruturação e organização da oferta turística do País constituem um dos maiores desafios para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade. A estruturação da oferta turística pode ser potencializada, se considerada em sua dimensão regional, em que diversos municípios se integram e se complementam na prestação de serviços aos turistas, agregando valor aos territórios. Tendo este princípio como referência, o Ministério do Turismo criou e vem implementando o Programa de Regionalização do Turismo, pelo qual os municípios são incentivados a um trabalho conjunto de estruturação e promoção, em que cada peculiaridade local pode ser contemplada, valorizada e integrada num mercado mais abrangente.

(Turismo no Brasil 2011-2014)

Presidente da República Federativa do Brasil

Dilma Rousseff

Ministro de Estado do Turismo

Gastão Dias Vieira

Secretário Executivo

Valdir Moysés Simão

Secretário Nacional de Políticas de Turismo

Vinícius Lummertz

Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

Fábio Rios Mota

Presidente da Embratur

Flávio Dino de Castro e Costa

Coordenação

Ítalo Oliveira Mendes

Jun Alex Yamamoto

Philippe Fauguet Figueiredo

Pesquisa e Redação Final do Texto

Maria das Mercês Torres Parente

Equipe Técnica

Bruno César Leal de Souza

Bruno de Oliveira Christian

Carlos Alfredo Sitta Fortini

Claudia Vanessa de Souza Queiroz

Karlla Karolline Vieira Bastos

Marisa da Silva Chaves

Samarina Silva Carreira

Equipe de Apoio

Cecília Costa de Queiroz Moreira

Kessia do Parto Alves Reges

Rebecca Giani Vieira

Revisão do Programa de Regionalização**Grupo de Trabalho – MTur**

Adriana de Oliveira Serpa

Ana Lúcia dos Santos Carrias

Daniel Marcos Szwec dos Santos Fernandes

Daniel Pires Viera

Fabiana de Melo Oliveira

Fábio Monteiro Rigueira

Fernanda Cristina Matos

Gabrielle Nunes de Andrade

Isabel Cristina da Silva Barnasque

Jair Galvão Freire Neto

Layla Barbosa Asevedo

Lena Maria Alexandre Brasil

Lorena Macedo Rafael Dantas

Marconi Mendes Pimentel

Neiva Aparecida Duarte

Nilvana Ribeiro Soares

Rodrigo Batista Santana Rios

Wilken Souto

Yuli de Lima Hostensky

Grupo de Trabalho – Representantes dos Estados

Caren Nanci dos Santos – PR
Conceição Silva da Silva – PA
Deise Bezerra – PR
Elisa Wypes Sant'ana de Liz – SC
Gláucia Beatriz de Oliveira – MG
Joab Almeida Silva – SE
Luciano Guimarães Soares – GO
Neuza Tito – ES
Renato Lucas de Lima Lobo – AL

Conselho Nacional de Turismo - Câmara Temática de Regionalização

Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV
Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR
Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo – ABBTUR
Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis – ABLA
Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos Culturais – ABOTtC
Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo – ABRAJET
Associação Brasileira de Revistas e Jornais – ABRARJ
Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL
Associação Brasileira de Turismo Rural – ABRATURR
Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo – ABRESI
Associação Nacional de Transportadores de Turismo, Fretamento e Agências de Viagens que Operam com Veículos Próprios – ANTTUR
Associação Brasileira das Operadoras de Turismo – BRAZTOA
Caixa Econômica Federal – CAIXA
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC
Confederação Nacional dos Municípios – CNM
Confederação Nacional do Turismo – CNTur
Federação Brasileira dos Albergues da Juventude – FBAJ
Federação Nacional de Turismo – FENACTUR
Federação Nacional dos Guias de Turismo – FENAGTUR
Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação – FBHA
Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR
Fórum Nacional dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria
Indicação da Presidência da República
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO
Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Ministério da Integração Nacional – MI
Ministério da Cultura – MinC
Ministério do Meio Ambiente – MMA
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP
Ministério dos Transportes – MT
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC
Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo

AC – Ediza Pinheiro de Melo
AM – Elisia Cristina de Vasconcelos
AP – Ana Lúcia Monteiro Canto
PA – Conceição Silva da Silva
RO – Márcia Dunice
RR – Rosa Maria da Silva
TO – Kleiryane Aguiar Costa
AL – Renato Lucas de Lima Lobo
BA – Rose Meire Gomes de Oliveira
CE – Fernanda Helena C. Silva
MA – Flávia Castello Branco
PB – Walter Aguiar
PE – Gilvandro Marinho da Cunha Júnior
PI – Alberita Nunes
RN – Maria Eunice Ramalho Dieb
SE – Joab Almeida Silva
DF – Jucimar Aparecida Mattos das Chagas
GO – Luciano Guimarães Soares
MT – Simone Lara
MS – Cristiane Ferrari
ES – Neuza Tito
MG – Gláucia Beatriz de Oliveira
RJ – Marco Aurélio Paes
SP – Maurício Pinto Pereira Juvenal
PR – Caren Nanci dos Santos
RS – Cristina Beatriz Queirolo Feijó
SC – Elisa Wypes Sant'ana de Liz

Agradecimentos Especiais

Ana Clévia Guerreiro Lima
Luis Henrique Fanan
Marcela Jeolas
Mario Petrocchi
Monica Sabino
Ricardo Cerqueira
Tânia Zapata
Tânia Maria Brizolla
Milton Zuanazzi
Mário Carlos Beni

Editoração Eletrônica

Agência Artplan

O Brasil é um país múltiplo, complexo, diverso. Compreender e aceitar essa multiplicidade é a única forma de conhecê-lo por inteiro: por suas dimensões, o País não admite um olhar geral, que não interage com as diferenças. É preciso confrontar diversas ideias, necessidades e demandas da sociedade nas esferas regional, estadual e, por que não dizer, local. É esse o caminho adotado pela política de regionalização do turismo que este documento renova e revisita.

Ao longo de seus nove anos, o Programa de Regionalização do Turismo incorporou críticas, avaliações, revisões, pontos de vista distintos e particulares a partir dos enfrentamentos da prática diária dos seus gestores. Trouxe também, em particular, uma agenda positiva, parâmetros de avaliação em âmbito geral e o reconhecimento de realidades específicas. Nesse sentido, enquanto política pública, teve sucesso, ao promover, durante sua execução, o diálogo permanente entre pares.

Ao apresentar nas páginas seguintes as novas diretrizes do programa de regionalização, estamos afirmando que o momento não é de mudança, do novo, do inusitado; o programa se reafirma, amadurece, evolui conceitos, corrige trajetões. Procedimentos administrativos e fluxos de informação são ajustados. Essas atitudes tornaram-se possíveis pela participação social, por meio do diálogo incessante com os segmentos representativos do setor, com as instâncias de governança e com as instituições governamentais.

Tais diálogos e estratégias têm sido, e continuarão sendo, cruciais para garantir o lugar que cabe à política pública de regionalização do turismo como ferramenta do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, por meio da consolidação de uma rede de cooperação capaz de avançar no rumo de um país rico e sem miséria.

Gastão Dias Vieira

Ministro do Turismo

**Mensagem do Ministro
de Estado do Turismo**



Mensagem do Secretário Nacional de Políticas de Turismo

Os últimos dez anos foram fecundos para o ordenamento das atividades turísticas no Brasil: mudanças efetuadas a partir dos debates provocados; prioridades e medidas negociadas, ajustadas, desregulamentadas, normatizadas; avanços e revisões nas relações entre governo e sociedade; técnicas de gestão e a ética no trato das políticas públicas qualificadas, deixando evidentes as intenções, prioridades, medidas e instrumentos que serão usados para a permanência, crescimento e avanços nos programas e ações do Ministério do Turismo.

O documento Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes apresenta-se como um eixo norteador nacional e tem como propósito a interação das ações com os demais programas e setores que conformam a gestão descentralizada do turismo.

O documento orienta, ainda, para o acesso e transferência de metodologias, tecnologias e ferramentas, qualificadas pela rede de colaboradores partícipes – composta pelo conjunto de instituições, empreendedores e pessoas que levaram a cabo a execução, avaliação, aprimoramento e proposições.

A construção coletiva da revisão do processo da regionalização do turismo no País demonstra que programas e ações devem ser dinâmicos e flexíveis, capazes de prever mudanças, retrocessos, avanços e inovações, que possibilitem assimilar os momentos históricos e econômicos e, também, as diversidades e peculiaridades locais e territoriais.

Com o desenvolvimento do Programa, surgiram novas verificações indicando estratégias e métodos de abordagem que deveriam ser levados em conta, assim como ter no enfoque de caráter local ou municipal a premissa para consolidar a dimensão intermunicipal da regionalização do turismo.

Tal percepção é determinante para a estruturação do destino turístico, componente da política pública de ordenamento territorial e da interiorização do desenvolvimento, consolidando destinos e regiões estratégicos.

Outra dimensão considerada, no momento de avaliação do Programa, foi a de tornar a política de regionalização do turismo um exemplo de transversalidade, em que se integram todas as unidades do Ministério do Turismo, bem como os setores e ações do governo. Essa transversalidade tem em vista o cumprimento dos objetivos a serem alcançados pelo Ministério, considerando o comportamento do setor no mercado nacional e internacional e os desafios impostos na atualidade: ampliar a participação do diálogo e do controle social; incentivar o brasileiro a viajar pelo País; incrementar a chegada de turistas e a geração de divisas internacionais; promover a sustentabilidade e a inclusão social por meio da geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; aumentar a competitividade do turismo brasileiro; incentivar a inovação e o conhecimento; fortalecer a gestão descentralizada do turismo no Brasil; e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos.

Partindo dos conceitos de permanência, revisão, atualização, tendo como ponto basilar a abordagem territorial como direcionamento estratégico do Ministério do Turismo e, ainda, o conhecimento das necessidades e aspirações da gestão descentralizada do turismo, o documento Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes torna-se referência, a partir da reflexão do fazer, na construção das realidades e identidades de cada local, município, região e território nos seus contextos sociopolíticos e históricos.

Vinícius Lummertz
Secretário Nacional de Políticas de Turismo



Sumário

Contextualização **16**

O Programa de Regionalização do Turismo **22**

Estratégias de Implementação **32**

Bibliografia **36**

Anexos **40**



Contextualização

A trajetória da política nacional de turismo com enfoque territorial teve início com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT¹, em 1994. Sob a coordenação do então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, o Programa foi concebido para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal.

O histórico e as avaliações das políticas nacionais para o turismo evidenciam que o PNMT foi além de um programa de governo, transformou-se em um movimento nacional capaz de mobilizar agentes e produzir resultados, que possibilitaram avançar para a abrangência territorial como estratégico para o fomento das atividades do turismo no País.

A transição para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil permitiu a superação dos impasses advindos da ação local e o entendimento do desenvolvimento sustentável do turismo, a partir do conjunto de municípios que constituem e ampliam a cadeia produtiva do setor.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em abril de 2004, constitui-se em uma política pública, em âmbito territorial, a partir do Plano Nacional do Turismo 2003-2007, que determinou como macroprograma estruturante a “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”. A premissa do Programa, considerado estratégico para a consecução da Política Nacional de Turismo, centrou-se no propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, repercutisse, positivamente, nos resultados socioeconômicos do território.

O Programa iniciou-se com a participação efetiva dos representantes dos órgãos e colegiados de turismo municipais e estaduais, além de representantes da iniciativa privada, das instituições de ensino e do terceiro setor. O debate, por meio de oficinas e reuniões setoriais e nacionais, marca de importante momento de reflexão, possibilitou: a compreensão de conceitos; a definição das estratégias de implantação nas 27 Unidades da Federação; o planejamento das ações; e, particularmente, a construção de critérios, a partir de um processo plural e democrático, para a definição do conjunto de municípios que constituíam a “região turística”, de forma a promover a sustentabilidade, a inclusão e a diversidade de cada uma das 219 regiões turísticas identificadas, à época, que agregavam no seu conjunto 3.319 municípios. O processo gerou uma ferramenta de trabalho - o “Mapa da Regionalização do Turismo” – que tinha como objetivo nortear ações de programas e processos no âmbito do Ministério do Turismo.

O processo de execução do Programa exigia o desafio de produzir orientações e ferramentas, que valorizassem o acúmulo das experiências organizativas, e iniciativas produtivas que possibilitassem o aprofundamento e disseminação do conhecimento referente à política pública de regionalização do Turismo. O documento “Diretrizes Operacionais” cumpriu este papel, trazendo em seu conteúdo os princípios norteadores, as estratégias de gestão e os módulos e as etapas operacionais.

Posteriormente, este documento foi traduzido em uma coletânea, composta de nove volumes, correspondendo aos módulos operacionais do Programa. Tal ferramenta possibilitou

¹ Adaptado de Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo/Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

qualificar os profissionais e comunidades e gerou: a unidade de linguagem; a percepção do caráter intersetorial do desenvolvimento; a visão ampliada e crítica do entendimento do processo de regionalização do turismo no território nacional; e, ainda, considerou os estágios e tempos da atividade, as diversas realidades, potencialidades, diversidades e disponibilidades dos recursos nos Estados, nas regiões e no conjunto dos municípios.

A participação constituiu-se na principal estratégia de implantação do Programa de Regionalização no País. O desafio de executar um programa nacional deste porte contava com a prerrogativa da descentralização de esforços e, também, com o compartilhamento de experiências e informações.

O resultado dessa estratégia foi a formação da Rede Nacional de Regionalização, composta dos atores ligados à atividade turística. A formação e mobilização dessa rede se deram por meio do trabalho e empenho dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização – técnicos responsáveis, no âmbito dos órgãos oficiais de turismo em cada unidade da federação, em promover as articulações necessárias para a estruturação dos destinos turísticos e em disseminar, nas regiões e municípios do Estado, as diretrizes e estratégias sob a ótica do novo referencial.

A percepção de criar ou fortalecer grupos de representantes dos setores da cadeia do turismo (público, privado e sociedade civil organizada), nas regiões mapeadas, a partir do compartilhamento de conceitos, princípios e valores, também foi conduzida como estratégia, de forma a garantir a governabilidade, a exemplo das intituladas “Instâncias de Governança”, cujo modelo de formação e institucionalidade se define e se constitui a partir das realidades regionais e seus relacionamentos intermunicipais.

Outra estratégia determinante para apoiar a ação de estruturação das regiões foi a promoção e comercialização dos produtos e serviços turísticos, por meio do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, que se tornou espaço de destaque no cenário nacional ao mostrar os múltiplos e diversos Brasis.

O Salão do Turismo foi além do espaço de negócios. Proporcionou aos gestores públicos, empreendedores, empresários e operadores, a troca, o conhecimento, a percepção das tendências e desejos dos consumidores. Possibilitou, também, o debate em que se revelaram experiências que valorizam a cultura, o trabalho, os modos de vida das regiões, municípios, localidades, proporcionando leituras diversas, deixando evidente a capacidade e possibilidades, quando bem-estruturadas e articuladas, da cadeia produtiva do turismo.

Como estratégicos, do ponto de vista da abordagem territorial, resultados foram alcançados na execução do Programa de Regionalização, destacando-se: o fortalecimento do processo de gestão compartilhada, capaz de representar a diversidade e pluralidade dos segmentos sociais; as políticas públicas focadas no desenvolvimento sustentável por meio de diálogo com os agentes de mercado; a oferta turística ampliada, qualificada e diversificada; as iniciativas de apoio à roteirização e integração da produção associada ao turismo, como necessárias para a qualificação e diversificação da oferta; a formação dos gestores públicos, agentes da cadeia produtiva do turismo e da rede de interlocutores do programa, por meio

do Programa de Qualificação à Distância para o Desenvolvimento do Turismo, a exemplo do Curso à Distância de Regionalização do Turismo.

Tais resultados foram possíveis a partir do aperfeiçoamento das relações estabelecidas entre as ações de governo e a gestão social, que refletem o processo de construção de políticas públicas.

Destaca-se ainda, como aperfeiçoamento do Programa, a estratégia de definição dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, priorizados pelo Plano Nacional do Turismo 2007-2010. Este projeto foi composto por três etapas, executadas de forma sucessiva e complementar: 1ª) o “Índice de Competitividade Nacional”, pesquisa com a função de fornecer um retrato detalhado do setor, possibilitando uma intervenção planejada nos municípios estudados; 2ª) “Gestão de Destinos”, ação voltada ao auxílio para a elaboração e execução de planos estratégicos para o setor de turismo, priorizando políticas que focavam a competitividade no mercado; 3ª) “Sistema de Gestão dos Destinos”, ferramenta desenvolvida para gerir as ações entre o Ministério do Turismo e os Destinos Indutores.

Outra ação que se ressalta é o alinhamento da estratégia da segmentação do turismo com o Programa de Regionalização, tornando-se uma diretriz orientadora para desenvolvimento de produtos, promoção e posicionamento de mercado, a partir da premissa “*segmentar é olhar para o destino, inclusive os mais tradicionais, e encontrar nele uma vocação, de modo que atenda ou agrade a um público específico*”. O lançamento da coletânea *Cadernos da Segmentação*, composta por nove cadernos: cultural, rural, de aventura, ecoturismo, turismo náutico, de pesca, estudos e intercâmbio, negócios e eventos e sol e praia, teve como objetivo apresentar as linhas estratégicas de segmentação da oferta e demanda e a estruturação de roteiros turísticos no País.

Sancionada em 2008, a Lei do Turismo (nº 11.771) torna-se referência na gestão pública do setor. Traz no seu escopo o marco regulatório definindo competências e responsabilidades do poder público e de toda a cadeia produtiva do turismo, garantindo a gestão ética, responsável, transparente e cidadã.

Em 2010, identificou-se a necessidade de avaliar os resultados do Programa de Regionalização do Turismo, que, de forma empírica, a partir da observação e vivência dos atores envolvidos, já tornava evidente sua contribuição para o aumento da competitividade das regiões turísticas e da qualidade dos seus produtos, no sentido de gerar impactos positivos na economia regional e local.

A metodologia de avaliação dos seis anos do Programa, assim como a política de regionalização, adotou o caráter da participação dos diversos atores sociais, reforçando a estratégia de descentralização das políticas públicas na construção de alianças.

Expressão espontânea de cidadania, a Avaliação² do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil considerou as especificidades de cada região do Brasil, palco de realidades sociais que se misturam e se complementam. Seus resultados, traduzidos

² Disponível para consulta em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Regionalizaxo.pdf

em importantes lições aprendidas nesta trajetória com a rede de cooperação, somados às experiências dos interlocutores do programa, são utilizados como insumos para a revisão e ajustes no processo de desenvolvimento sustentável das regiões turísticas.

O ano de 2011 inicia-se com a revisão de processos, avaliações de resultados das ações do governo, propondo redirecionamentos e permanência de programas e estratégias em curso. Neste contexto, e assumindo a Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo como base, iniciou-se a construção coletiva de um conjunto de melhorias para o fortalecimento do programa. O ano de 2012 foi marcado pela retomada das ações da rede de cooperação, com a realização de oficinas junto às instituições de ensino, com a participação de especialistas, dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização e representantes dos destinos turísticos. Neste período, com os resultados dos debates promovidos em reuniões com os técnicos e gestores do Ministério do Turismo, reafirma-se o caráter transversal do programa, como política estruturante.

O ano de 2013 inicia-se com a realização de uma consulta pública, possibilitando a participação ativa da sociedade na construção dessa política pública de turismo do País. Concomitantemente, estreitam-se as articulações entre as entidades que compõem o Sistema Nacional de Turismo, como forma de interagir para consolidar as estratégias do Programa, especialmente com a Câmara Temática de Regionalização, Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e Conselho Nacional de Turismo.

Neste quadro de avaliações e permanências, o Ministério do Turismo coaduna suas ações, orientadas a partir dos valores e premissas do Governo Federal, criando e transformando em oportunidades essas sugestões, reivindicações e redirecionamentos, indicados na avaliação do Programa de Regionalização – momento em que essas ações são revisadas e incorporadas ao **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**.

Na sua concepção filosófica e conceitual, o **Programa de Regionalização do Turismo** não sofre alterações. Os ajustes propõem qualificar a concepção estratégica, as ferramentas de gestão e incorporar mecanismos de fomento capazes de provocar e promover concepções inovadoras ao enfrentamento das fragilidades diagnosticadas. Deste modo, o propósito é promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais, nas regiões com foco na estruturação dos destinos turísticos³.

O Plano Nacional de Turismo 2013-2016 responde às demandas e está *“de acordo com as orientações do governo federal e alinhado ao Plano Plurianual 2012/2015”*. Ele define as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza. Tem ainda como insumo básico o Documento Referencial – Turismo no Brasil 2011/2014 e destaca, no âmbito da gestão, as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a ampliação da participação e do diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; a redução das desigualdades sociais

e regionais; a promoção da sustentabilidade; o incentivo à inovação e ao conhecimento; a regionalização como referência territorial para o planejamento; e o monitoramento e avaliação contínuos desse processo.

Considerando o diagnóstico do setor e tendo como referência as diretrizes que orientam o Plano Nacional de Turismo, são identificados seis grandes objetivos: incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas internacionais; promover a sustentabilidade, a inclusão social e a geração de emprego; aumentar a competitividade do turismo brasileiro; fortalecer a gestão descentralizada do turismo no Brasil; e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos”.

A definição das ações estratégicas, propostas no Plano Nacional de Turismo 2013-2016 reforça o posicionamento apresentado na avaliação do Programa de Regionalização do Turismo, de priorizar as ações nas regiões e, assim, consolidar a Gestão Descentralizada a partir da ampliação da participação, do diálogo e do controle social.

³ Para o Ministério do Turismo, o processo de estruturação de destinos consiste em atuar a partir dos eixos do Programa de Regionalização do Turismo, em parceria com as Unidades da Federação, regiões e municípios, tendo como base seus respectivos níveis de desenvolvimento turístico.

O Programa de Regionalização do Turismo, estruturado pelo Plano Nacional de Turismo 2013-2016, é qualificado a partir das proposições advindas de discussões realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Turismo, das equipes técnicas do Ministério do Turismo, das avaliações oriundas das instâncias de governança, da Rede Nacional de Regionalização e, por último, da consulta pública. O Programa, na sua revisão, reflete as aspirações da sociedade, recupera a determinação da ação do Estado e torna possível fazer surgirem as diversidades dos territórios e transformá-las em economia poderosa, capaz de gerar o estado do bem-estar.

Diretrizes

Para alcançar os resultados almejados no processo de regionalização do turismo, foram definidas diretrizes que se constituem nas premissas para sua execução:

- **Abordagem territorial**, adotada como referência para o desenvolvimento.
- **Integração e participação social**, fortalecendo o protagonismo da cadeia produtiva do turismo no âmbito regional, no conjunto dos municípios, e nos processos de gestão das políticas públicas.
- **Inclusão**, entendendo a região como espaço plural e participativo, que amplia as capacidades humanas e institucionais, facilitando as relações políticas, econômicas, sociais e culturais.
- **Descentralização**, atuando no âmbito do Sistema Nacional de Turismo, adotando os métodos e processos da Gestão Descentralizada.
- **Sustentabilidade**, compreendendo o desenvolvimento sustentável das regiões turísticas como base para a preservação da identidade cultural, respeitando as especificidades políticas, econômicas, sociais e ambientais.
- **Inovação**, definida como a capacidade, da cadeia produtiva do turismo, de compreender que a estruturação dos destinos turísticos depende de uma nova visão integradora do desenvolvimento produtivo e da competitividade, o que: exige a formalização dos serviços e qualificação de pessoas; provoca a ampliação dos micro e pequenos empreendimentos, organizações associativas e cooperativas; requer a articulação em redes; demanda investimentos em tecnologias; busca a oferta de produtos e serviços segmentados que agreguem valores do patrimônio sociocultural e ambiental e que gerem, como resultado, a ampliação da capacidade de produção, de postos de ocupação, de difusão e de distribuição de produtos e serviços, além da circulação da renda no território.
- **Competitividade**, entendida como a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas ao setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.

O Programa de Regionalização do Turismo

Objetivos

Geral

Apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada.

Específicos

- Mobilizar e articular os programas e ações no âmbito do Ministério do Turismo, dos ministérios setoriais, das agências de fomento nacionais e multilaterais, para a abordagem territorial e a gestão descentralizada do turismo.
- Estabelecer critérios e parâmetros para a definição e categorização dos municípios e das regiões turísticas, de modo a gerar indicadores de processos, resultados e de desempenho como ferramentas de apoio à tomada de decisão técnica e política.
- Promover a integração e o fortalecimento das instâncias colegiadas, nos Estados, regiões e municípios, fortalecendo a Rede Nacional de Regionalização.
- Incentivar e apoiar a formulação e a gestão de planos turísticos estaduais, regionais e municipais, com o protagonismo da cadeia produtiva, adotando visão integradora de espaços, agentes, mercados e políticas públicas.
- Prover os meios para qualificar os profissionais e serviços, bem como incrementar a produção associada nas regiões e municípios turísticos.
- Fomentar o empreendedorismo nos Estados, regiões e municípios turísticos, bem como criar oportunidades para a promoção de investimentos.
- Identificar as necessidades de infraestrutura dos Estados, regiões e municípios e articular sua priorização com áreas setoriais.
- Apoiar a promoção e comercialização dos produtos turísticos.
- Transferir conhecimento técnico visando à eficiência e eficácia da gestão pública de turismo no País.
- Definir critérios, parâmetros e métodos capazes de estimular e disseminar as melhores práticas e iniciativas em turismo no País.
- Estabelecer critérios para a ampliação do uso de editais de seleção pública, na escolha de projetos para a destinação de recursos públicos do orçamento.

Modelo de Gestão

O modelo de gestão adotado pelo Programa de Regionalização do Turismo está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada, deixando evidentes a participação, democratização, consensos e acordos, envolvendo multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada.

Traduz as aspirações da sociedade e do governo na corresponsabilidade na tomada de decisão, na formulação de estratégias, na determinação das prioridades de execução, na avaliação, que referendem os objetivos a serem alcançados na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento.

Outra centralidade da gestão do Programa de Regionalização do Turismo são os meios de acesso para a transparência e o compartilhamento das informações e resultados da execução da política. Neste sentido é necessário qualificar os sistemas de planejamento, acompanhamento e avaliação, comunicação e informação em rede, de modo a ampliar a participação social e garantir o êxito da gestão compartilhada do Programa.

A Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo estrutura-se nos seguintes níveis de atuação: em **âmbito nacional** e em **âmbito dos Estados, regiões e municípios**.

Em **âmbito nacional**, a Coordenação Nacional do Programa será conduzida pelo Ministério do Turismo, por meio do **Comitê Executivo do Programa de Regionalização**, constituindo-se em núcleo de expressão técnico-político, atuando de forma coordenada com o Sistema Nacional de Turismo e a Câmara Temática de Regionalização do Conselho Nacional de Turismo. Tem como missão deliberar e discutir sobre os temas relevantes do setor, a partir de estudos, tendências e demandas nacionais, estaduais, regionais e municipais.

Em **âmbito estadual, regional e municipal**, as estruturas da gestão pública e a cadeia produtiva do turismo, as instituições de ensino superior e as organizações da sociedade civil operam as ações executivas do Programa, apoiados pelos **Interlocutores Estaduais, Interlocutores Regionais e Interlocutores Municipais do Programa de Regionalização do Turismo**.

Neste processo de reestruturação, resgata-se a representação do ator municipal como agente de desenvolvimento, considerando ser ele o detentor das realidades e demandas locais, institucionaliza-se o representante regional, garante-se a permanência do interlocutor estadual como forma de fortalecer e estender a rede de mobilização.

Os interlocutores do Programa têm como missão o acompanhamento do ciclo de gestão do Programa – planejamento, ação executiva, acompanhamento, avaliação de processos e resultados – atuando articulados na Rede Nacional de Regionalização, fonte de inovação, intercâmbio, criatividade e diversidade cultural.

Sendo o Programa um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, sua estrutura abarca todas as esferas institucionais e políticas até o alcance social almejado, ou seja, a comunidade.

Para cada nível de abrangência, o Programa é coordenado pelas respectivas instituições, conforme quadro abaixo:

Âmbito	Instituição	Colegiado	Executivo
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Figura 2: Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo

Eixos de Atuação

Os eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo representam, de forma prática e aplicável, o próprio ciclo de desenvolvimento e produção de atividades, bens e serviços turísticos nas regiões e municípios.

Por seu caráter transversal, são o ponto de equilíbrio do Programa, uma vez que possibilitam a integração e convergência das ações e esforços do Ministério do Turismo – Secretarias, Diretorias, Coordenações, às demandas dos Estados, regiões e municípios turísticos.

Estes eixos orientam as ações estratégicas que se constituem nas áreas de resultados a serem alcançadas. Dessa forma, as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo, são traduzidas em oito eixos de atuação e respectivas ações estratégicas:

Gestão Descentralizada do Turismo

Efetivar a gestão descentralizada do turismo, de forma a articular e responder às demandas do setor, fortalecer a participação social, integrando as políticas públicas, compreendendo e atuando para, dentre outros:

- elaborar estudos estratégicos para o fortalecimento da política de turismo;
- apoiar a organização dos municípios em regiões turísticas;
- apoiar a sensibilização e mobilização das comunidades e agentes turísticos;
- fortalecer as instâncias de governança de suporte à gestão descentralizada do turismo estadual, municipal, regional e macrorregional;
- articular e fortalecer os arranjos institucionais e setoriais;
- apoiar ações de fortalecimento dos entes que integram o Sistema Nacional de Turismo por meio da realização de seminários e oficinas de trabalho;
- apoiar a produção de material técnico, didático, institucional e a realização de estudos para subsidiar a implementação de ações de fortalecimento do turismo;
- observar as boas práticas, experiências e disseminação de conhecimento.

Planejamento e posicionamento de mercado

A partir de dados e informações coletadas, subsidiar o planejamento e desenvolvimento de produtos turísticos (destinos, roteiros, serviços) a partir de elementos de identidade da oferta turística, observadas, também as características da demanda (público-alvo). O que se prevê é a utilização da segmentação turística desde o planejamento estratégico do território ao posicionamento dos produtos turísticos. Com isso, agrega-se atratividade à oferta turística, consolidam-se os produtos existentes e incentiva-se a inserção de novos produtos turísticos de qualidade nos mercados nacional e internacional. Consiste principalmente em:

- apoiar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo;
- realizar estudos para a identificação e fortalecimento de produtos ou roteiros turísticos a serem desenvolvidos;
- formatar, posicionar ou reposicionar produtos turísticos;
- realizar estudos e pesquisas acerca da oferta e demanda turística segmentada.

Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada

Inovação e competitividade de produtos e serviços advêm com o setor formalizado, regulado, qualificado, diversificado integrando a diversidade das expressões culturais, agregando valor em todas as etapas dos seus processos de produção e operação, possibilitando a dinamização econômica das atividades nos territórios. Para tanto, torna-se necessário, dentre outros:

- mobilizar os prestadores de serviços turísticos para a formalização e cadastro no Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviço Turístico;
- informar o consumidor sobre a importância de se adquirir produtos de prestadores regularmente cadastrados no Cadastur;
- fomentar a classificação dos empreendimentos e equipamentos turísticos e adoção dos referenciais de qualidade definidos pelo Ministério do Turismo;
- fiscalizar prestadores de serviços turísticos nos Estados e municípios;
- identificar demanda de qualificação profissional e empresarial;
- estabelecer padrões e normas de atendimento;
- qualificar profissionais e empresas;
- desenvolver sistema de monitoramento e avaliação da qualificação realizada;
- promover certificação profissional;
- levantar demanda de ações para o fomento e integração da produção associada ao turismo;
- organizar e qualificar a produção associada ao turismo;
- definir estratégias para inserção dos produtos e serviços turísticos de base local.

Empreendedorismo e promoção de investimentos

As dimensões econômicas, tecnológicas, empresariais, políticas e sociais podem se consubstanciar em oportunidades a serem potencializadas ou em riscos a serem minimizados, dependendo da capacidade de negociações de políticas que ampliem os meios técnicos, jurídicos e financeiros para a dinamização econômica dos negócios do turismo nos territórios.

Demandam, principalmente:

- realizar estudos e pesquisas das oportunidades de investimentos no âmbito do ativo turístico brasileiro;
- divulgar informações acerca das oportunidades de investimento e financiamento da atividade turística;
- estabelecer parcerias público-privadas;
- divulgar linhas de crédito e modalidades de financiamento;
- promover incentivos fiscais e tributários;
- incentivar o associativismo, cooperativismo e empreendedorismo.

Infraestrutura Turística

A dinamização da atividade, a vocação e o protagonismo econômico no território possibilitam, por meio de iniciativas variadas de cooperação, tecnologias, fomento, incorporar valor agregado e ambiente favorável para o desenvolvimento do turismo. As estratégias de infraestrutura turística, conjunto formado por obras e instalações de estrutura física e de serviços indispensáveis ao desenvolvimento do turismo e existentes em função dele, necessitam, dentre outros:

- infraestrutura e equipamentos urbanos diretamente relacionados às atividades turísticas;
- infraestrutura de acesso, tais como estradas turísticas, ferrovias, pontes, rodovias, túneis e viadutos, orlas fluviais, lacustres e marítimas;
- terminais rodoviários, ferroviários, aeroviários, fluviais, lacustres e marítimos;
- edificações de uso público destinadas a atividades indutoras de turismo como centros de cultura, museus, casas de memória, centros de convenções, centros de apoio ao turista, teatros, centros de comercialização de produtos artesanais e mirantes públicos;
- restauração de edifícios, monumentos e conjuntos históricos;
- elaboração de projetos de infraestrutura turística.

Informação ao turista

Oferecer ao turista, informações seguras, atualizadas e completas sobre atrativos turísticos, eventos, infraestrutura, serviços, acessos e história da região ou município, com a recomendação de programas e atividades adequados ao perfil do turista. Para tanto, torna-se necessário, dentre outros:

- guias e mapas turísticos;
- banco de imagens e vídeos;
- portais (site) de destinos e regiões turísticas;
- redes sociais e novas mídias;
- sinalização turística;
- centro de atendimento ao turismo.

Promoção e apoio à comercialização

Este eixo exige profissionais e serviços qualificados, infraestrutura, informações seguras e precisas, articulação da cadeia produtiva do turismo em redes de cooperação, de forma a se obter produtos estruturados e segmentados, adequados à promoção e comercialização. Requer, principalmente:

- campanhas promocionais e publicitárias, além da produção das respectivas peças;
- produção de materiais promocionais, tais como banners, cartazes, catálogos, folhetos, guias, livros, manuais, revistas, sacolas, pôsteres, postais, conteúdos digitais, vídeos e filmes.
- realização de famtrip e presstrip;
- organização de rodadas de negócios;
- participação em feiras e eventos.

Monitoramento

Ações e projetos conduzidos a partir de uma visão geral de processo de mudança exige a aplicação de critérios cuidadosos de seleção de prioridades, análises das demandas e ofertas associadas às capacidades institucionais, de recursos técnicos, financeiros e de pessoas para produzir dados e informações precisas e confiáveis que possibilitem retroalimentar o ciclo de monitoramento da atividade turística no território¹. É imperioso e exige, dentre outros:

- medição dos resultados e impactos das atividades do turismo;
- estudos e projeções das tendências da oferta e da demanda;
- avaliação das tendências de novas tecnologias para o setor;
- medição de satisfação dos turistas.

¹ Adaptado de: 1. Gestão do Turismo – Brasil. 2. Programa de Regionalização do Turismo. 3. Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa. I. Título. II. Título: Módulo Operacional. 9: Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa.

Estratégias de Implementação

Os processos de avaliação e revisão do Programa de Regionalização do Turismo indicaram, para sua consolidação, ações estruturantes, de caráter estratégico, tendo como ponto de partida: maior articulação para a convergência das ações do Ministério do Turismo; a referência da região turística, reforçando a ação municipal, para fins de planejamento, gestão e promoção; a qualificação do capital social na perspectiva de contribuir para aumentar a eficiência da participação da sociedade e facilitar as ações coordenadas; o fomento como indutor do desenvolvimento; a informação, a comunicação e a articulação, entre as diversas entidades que atuam no setor, como forma de garantir a eficácia do Programa; e o sistema de monitoria e avaliação, imprescindível para a aferir impactos, subsidiar a formulação de projetos e processos, permitindo a visibilidade dos resultados. Tem-se, portanto, como imperiosa necessidade:

Mapeamento, Diagnóstico e Categorização

O Mapa da Regionalização do Turismo, nas suas três edições (2004, 2006 e 2009), contribuiu significativamente para a identificação das regiões turísticas² do Brasil, orientando a atuação do Governo Federal no território brasileiro. Entretanto, este conjunto de informações não identificava o nível de desenvolvimento turístico das regiões e municípios, não oferecendo, dessa forma, subsídios para tomada de decisões estratégicas.

Neste contexto, será aplicada uma matriz diagnóstica, construída de forma matricial, com base nos **Eixos de Atuação do Programa de Regionalização**, que tem como objetivo identificar o estágio de desenvolvimento turístico das regiões e municípios. Dela resulta um conjunto de informações que definirá indicadores capazes de categorizar as regiões e os municípios turísticos brasileiros. Tais informações irão compor a base de dados constitutiva do **Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo**, ferramenta de gestão estratégica e de monitoramento do Programa.

Para fins de categorização e atuação estratégica, os municípios e regiões serão categorizados em níveis, de acordo com o estágio de desenvolvimento em que se encontram:

- **MUNICÍPIO:** indicará o nível de atratividade, gestão e de organização do setor como meio de aferir o desenvolvimento turístico;
- **REGIÃO:** indicará o nível de desenvolvimento turístico, a partir da ponderação do nível de desenvolvimento dos municípios que a compõem, somado ao fator de cooperação regional entre estes.

Formação

A formação de capital social, relevante experiência na execução das políticas públicas focadas nos territórios, gerou fluxos de informação e conhecimento; facilitou a interlocução interinstitucional, a cooperação técnica e política, as relações econômicas; valorizou as expressões das culturas locais e territoriais; facilitou a cooperação e parcerias técnicas e financeiras para consecução dos objetivos do Programa.

² Atualmente, o Mapa da Regionalização do Turismo identifica 276 Regiões Turísticas do Brasil, compostas por 3.635 municípios. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00mapa_2009.html

Essa experiência assegura que o enfoque atual na transferência de conhecimento como promotor do desenvolvimento sustentável do turismo, centrada no fortalecimento da gestão compartilhada, se concretize por meio de ações educativas capazes de formar gestores, técnicos e prestadores de serviços turísticos.

O processo de capacitação se fará pela ação articuladora da Rede Nacional de Regionalização, preferencialmente com as entidades do Sistema Nacional de Turismo e instituições de ensino superior e técnico. O conteúdo do material técnico-pedagógico orientar-se-á a partir dos **Eixos de atuação do Programa de Regionalização**.

Fomento

O apoio ao desenvolvimento dos municípios e regiões turísticas dar-se-á, no âmbito do Programa, preferencialmente, por meio de chamadas públicas de projeto, orientadas nos Eixos de Atuação do Programa de Regionalização do Turismo e em critérios específicos de cada área, que deverão considerar a categorização definida no Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo.

Comunicação

Produzir e disponibilizar instrumentos e ferramentas de informação e comunicação é imprescindível para informar e motivar os vários segmentos da sociedade para a importância do Programa como instrumento político, essencial à consolidação dos destinos, e promotor de desenvolvimento econômico e social nas regiões turísticas.

A comunicação aqui é entendida como a capacidade de administrar, organizar e distribuir, a partir do potencial das novas tecnologias e dinâmicas presenciais, gerando: formação, informação, atualização, criação, produção, relacionamento, acesso, gestão do conhecimento e memória. Essas ferramentas, dinâmicas e flexíveis, assegurarão a excelência dos resultados para a estrutura de gestão, da cadeia produtiva do turismo local, regional, estadual e nacional e para os cidadãos e consumidores.

Como estratégia de desenvolvimento, produção e circulação da informação, na perspectiva de mudança e convergência, exige ambiente dinâmico, aberto às novas possibilidades e capaz de provocar novas abordagens de articulação e o desenvolvimento das políticas públicas para o turismo local, regional, estadual e nacional.

Monitoramento do Programa de Regionalização do Turismo

O sucesso de um programa ou de um projeto depende de planejamento, de executores eficazes na implementação das ações e da construção de uma base de dados atualizada e confiável para um eficiente monitoramento e avaliação³.

Todo projeto ou conjunto de ações sofre, ao longo de sua implementação, desvios no cumprimento das metas programadas, como consequência de mudanças e pressões provenientes dos seus ambientes interno e externo, que acabam por influenciar as ações executadas.

³ Adaptado de: 1. Gestão do Turismo – Brasil. 2. Programa de Regionalização do Turismo. 3. Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa. I. Título. II. Título: Módulo Operacional. 9: Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa.

Tais desvios, cuja importância varia de acordo com o tipo, a frequência e o grau de influência sofrida, poderão resultar, se não forem percebidos, avaliados e ajustados a tempo, em atraso no cumprimento das metas, no desperdício de tempo e recursos e, até, no completo insucesso das ações.

É a partir de um trabalho de acompanhamento, documentação, análise e avaliação de resultados, da comparação entre o planejado e o realizado e da avaliação dos desvios ocorridos que poderão ser adotadas medidas de ajuste. Com base nas informações obtidas nesse processo é que as decisões serão tomadas e os ajustes serão feitos, fundamentados em critérios preestabelecidos ou nas metas programadas.

Neste contexto, o monitoramento e avaliação, sugeridos para o Programa de Regionalização do Turismo, serão apoiados em seus **Eixos de Atuação** e deverão alimentar o Sistema de Informações Gerenciais do Programa.

Este documento, **PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – DIRETRIZES**, reflete o debate público para a pactuação de amplo acordo e consenso, entre diferentes setores da sociedade, necessários à legitimidade das políticas públicas de fomento às regiões e municípios turísticos.

O documento transcende a perspectiva de desenvolvimento setorial e corporativo, amplia e articula as diversas dimensões econômicas do setor, das organizações, do espaço e da participação social. Reflete, particularmente, o direcionamento da atual gestão do Ministério do Turismo, que entende que o desenvolvimento do setor se constrói com valores centrados em ética, liderança, inspiração, paixão, compromisso e orgulho, gerenciando processos e cuidando de pessoas.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Conteúdo Fundamental – Formação de Redes**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Conteúdo Fundamental – Turismo e Sustentabilidade**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Conteúdo Fundamental – Ação Municipal para a Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 1 – Sensibilização**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 2 – Mobilização**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 3 – Institucionalização da Instância de Governança Regional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 4 – Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 5 – Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

Bibliografia

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Cadernos de Turismo. **Módulo Operacional 9 – Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Diretrizes Operacionais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Diretrizes Políticas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Edital II Chamada para a Apresentação de Casos de Sucesso na Implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2009**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Relatório Comparativo do Salão do Turismo 2005/2006/2008/2009/2010**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. **Revista Comemorativa aos 5 anos da Regionalização como Política de Desenvolvimento do Turismo Nacional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. **Turismo no Brasil 2011-2014** (Documento Referencial). Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil - Resumo Executivo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

_____. **Manual para o Desenvolvimento e Integração de Atividades Turísticas**. Brasília: Ministério do Turismo, SERVIÇO Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Associação de Cultura Gerais (ACG). 2010.

Anexos

Lista dos Participantes da Consulta Pública

NOME	ENTIDADE	ESTADO
Ana Silva	Sindicato Guia de Turismo Acre	AC
Jairo Oliveira	Sec. Mun. Tur. Piranhas	AL
Ana Camelo	UFAL	AL
Geonete Silva	IFAL	AL
Danival Lopes	Prefeituras de Japurá, Maraã e Tefé	AM
Alexandra da Silva	Fac. Metropolitana de Manaus	AM
Denise Damasceno	Sec. Estadual de Saúde do Amapá	AP
Charlene Tavares	IIADH	AP
Valeria Lima	ABAV	AP
Rosa Penzza	Fundação Jupará	BA
Rosa Penzza	Filarmônica Euterpe Itabunense	BA
Bruno Wendling	Sec. Tur. Cairu	BA
Luciano Leite	Câmara. de Tur. do Vale do São Franc.	BA
Livia Maria	Prefeitura	BA
Karla da Costa	Câmara de Tur. da Costa do Cacau	BA
Antonio Alves	Assoc. Condutores Visitantes Andaraí	BA
Mari Gândara	Câmara de Turismo da Costa do Cacau	BA
Wener Moreira	Prefeitura	BA
Wilson Cruz	Memorial da Epopeia do Descobrimento	BA
Amarailton Souza	Assoc. Guias Tur. Costa do Descobrimento	BA
Jorge Almeida	Câmara de Turismo da Costa do Cacau	BA
Linda Carter	Prefeitura Municipal de Poções	BA
Márcia Tude	Pref. Municipal de Lauro de Freitas	BA
Julio de Oliveira	Secretaria Estadual de Turismo	BA
Max de Souza	Prefeitura Municipal de Santa Luzia	BA
Marília Rodrigues	ACERTI	BA
Ana Soares	Prefeitura Municipal de Nazaré	BA
José Oliveira	ASDECQ	CE
Jose Linhares	Universidade Estadual Vale do Acaraú	CE
Janailda Saboia	Inovart Consultoria	CE
Francisco da Silva	Assoc. dos Amigos da Arte de Guaramiranga	CE
João da Costa	Guia de Turismo	CE
Jose de Oliveira	Associação dos Moradores do Ema	CE
Laura Marques		CE
Eva Parente	Prefeitura Mun. de Jaguaribara	CE
Miguel Tegenbosch	Turismólogo	CE
Francisco de Sousa	Sec. do Desenvolvimento Agrário	CE
Gerson Linhares	Programa Fortaleza a Pé	CE
Anadarc Pinheiro	Prefeitura Mun. de Uruburetama	CE
Erik de Albuquerque	Pousada Taiba Inn	CE
Carlos Alves	Sec. Mun. de Tur. e Desporto de Ibiapina	CE
Adriano Xavier	Turismólogo	CE
Gabriela Wiedemann	Suprema Locadora e Turismo	DF
Paulo Henrique Rosa	Velôso Vip Services – ABARE	DF
Claudete Andreola	Câmara dos Deputados	DF

Daniela Garrossini	Unb	DF
Marcela Gomes	Record	DF
Isabela	Estudante	DF
Ana Paula Jacques	Estudante	DF
Antônio Neto	Assoc. Brasiliense Turismo Receptivo	DF
Berenice Tavares	Top 3 Consultoria e Marketing Ltda	ES
Helaine Cristhina	Sociedade Civil	ES
Leneandro Goulart	Pref. Mun. de Jerônimo Monteiro	ES
Jamille Monteiro	Espírito Santo Em Ação	ES
Diego Lopes	Turismólogo	ES
Moacir Durães	Engetur Consultoria Turística e Ambiental	ES
Thaynara Lourenco	Faculdade Estácio de Sá Vitória	ES
Mary de Alencar	Assoc. de Moradores Pera Menina	ES
Thiago Ferreira	Goiás Turismo	GO
Flávia Rabelo	Agência Goiana de Turismo	GO
Benício Azevedo	Hotel Serrador	GO
Tiago Martins	Estudante	GO
Cefas Luiz Paulino	Secretaria de Turismo Rio Quente	GO
Tácita Pereira		MA
Nara Rúbya dos Santos	Pref. Mun. de Barra do Corda	MA
Ana Catharine Melo	Prefeitura de São Luís	MA
Marcio Mendonça	Ong Eccobella	MA
Pablo da Rocha Moreira	Caraíba Projetos e Turismo	MA
Manoel Junior	Universidade Federal do Maranhão	MA
Monica de Araujo	Universidade Federal do Maranhão	MA
Jorge Silva	Pref. Municipal de Santo Amaro do Maranhão	MA
Samir Chamou	Secretaria Municipal de Turismo	MG
Fernanda Cunha	Assoc. do Circuito Tur. Grutas e Mar de Minas	MG
Jesus Kimaid	Ecovivência Ecoturismo	MG
André Campos	Circuito Turístico dos Lagos	MG
Terezinha de Faria	Assoc. Circuito Verde-Trilha dos Bandeirantes	MG
Eduardo Valente	Assoc. do Circuito Tur. Caminhos do Indaiá	MG
Frederico Coelho	Giga Consultoria Ltda	MG
Ruy Felipe	Utramig	MG
Liliane Alves	Prefeitura Municipal de Campanha	MG
Fernanda Paiva	Assoc. Circuito Serra Verdes do Sul de Minas Gerais	MG
Angélica Salles	Assoc. do Circuito Turístico Das Malhas do Sul de Minas	MG
Gustavo Greca	Prefeitura de Passa Quatro	MG
Luis Gustavo da Rosa	Sec. Mun. de Turismo de Itanhandu	MG
Priscilla de Fátima Faria	Hotel Nacional Inn Araxá Ltda	MG
Pousada Ribeirão do Oura Ltda	Hoteleira	MG
Letícia de Carvalho	Ufmg	MG
Marcello Sannyos	Secretaria Municipal de Turismo	MG
Danielle Lopes	Associação do Circuito Turístico Caminho Novo/Prefeitura de Juiz de Fora	MG
Ricardo Filho	Universidade Federal de Ouro Preto	MG
Luciene Braga	Circuito Turístico Caminhos Verdes de Minas – Zona da Mata Mineira	MG

Cristovão Martins de Almeida	Comtur – Piranguçu	MG
Rodrigo Miranda	Verdeperto Ecoturismo	MG
Guilherme Borges	Casa de Cultura Antônio Carlos de Carvalho	MG
Fernando Ottoni	Puc Minas	MG
Francisco Melo	Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Pico da Bandeira	MG
Rafael Mendes	Câmara Municipal de Ouro Preto	MG
Adelmo de Medeiros	Universidade Federal de Ouro Preto	MG
Associação dos Artesãos, Artistas e Produtores Caseiros		MG
Bruno Ramos	Sebrae Mg	MG
Ingrid Lima	Ufmg	MG
Cláudio Neves	Agência de Viagem	MG
Marilizi de Oliveira	Ufms	MS
Cristiane Ferrari	Fundação de Turismo de MS	MS
Dores Cristina Grechi	Uems	MS
Edson Giroto	Deputado Federal	MS
Aline Moura	Fundação de Turismo do Estado de MS	MS
Claudia Loch	Prefeitura Municipal de Sorriso	MT
Antonio Silva	Prefeitura de Paranaita	MT
Junior Dalpiaz	Prefeitura Municipal de Aripuana	MT
Ana Carolina Pinheiro	A1 Soluções Em Turismo e Sustentabilidade	MT
Marcelia Andrea Martins	Empresa Drogaria Brasil	MT
Tatiana Fernandez	Secullos Tour – Consultora Credenciada Sebrae	MT
Carmem Lucia Ferreira	Voluntária	PA
Ágila Chaves	Privada	PA
João Henrique Santos	Estudante	PA
Sabrina Costa	Secretaria de Estado de Cultura	PA
João Vicente Nogueira	Pref. de Tucuruí / Sedes / Depto. de Turismo	PA
Maria de Fátima Amorim	Assoc. Beneficente Casa Caiada – Ong	PB
Gervazio Santos	Prefeitura	PB
José Alves	Universidade Estadual da Paraíba	PB
Renata de Sousa	Uepb	PB
Sérgerson Silvestre	Univ. Estadual da Paraíba	PB
Juliana Ennes Jardim	Abbtur Paraíba	PB
Jailson Cardoso	Estudante	PB
Alessandra Lontra	Sec. Tur. e Desen. Econômico do Estado da Paraíba	PB
Ferdinand Medeiros	Convention & Visitors Bureau de João Pessoa	PB
Gustavo Penteado	North Shopping Caruaru e North Shopping Hotel	PE
Manoel Marques	Sec. de Turismo de Pernambuco	PE
Flávia Leite	Favip	PE
Igor Bitú	Universidade Federal Rural de Pernambuco	PE
Elias Rodrigues	Restaurante Tapa de Cuadril	PE
Driele da Silva	Universidade Federal de Pernambuco	PE
Ana Paula de Moura	Instituto Cooperação Econômica Internacional	PE
Evanildo Fonseca	Secretaria de Turismo de Triunfo	PE
André Perinotto	Universidade Federal do Piauí – Ufpi	PI
Luiz Carlos Marinho	Instituto Camillo Filho	PI

Eliene de Freitas	Sine	PI
Karina Fonseca	Via Kf Agenciamento de Viagens	PR
Maria da Silva	Prefeitura Municipal	PR
Yure Lobo	Opah Consultoria Em Turismo	PR
Eloá Marschner	Turismóloga – Prrosimeir Prates de Souza - Unioeste – Foz	PR
Douglas Victor	Emater	PR
Giovana Serenato	Onis Consultoria Em Turismo	PR
Faisal Saleh	Poloiguassu	PR
Marino Lacay	Ipardes	PR
Luiz Panhoca	Universidade Federal do Paraná	PR
Jaime Nascimeto	Adetur Cataratas e Caminhos	PR
Dago Woehl	Adecsul	PR
Roberto Monsores	Pref. Municipal de Mangaratiba	RJ
Alberto Ansaloni	Fesportur	RJ
Patrícia Azevedo	Ibam	RJ
Vivian May	Sec. de Tur. e Desenv. Econômico de Vassouras	RJ
Camila Braz	Univ. Fed. Estado do Rj - Cederj Macaé	RJ
William Thomaz	Universidade Estácio de Sá	RJ
Aline Fanti	Miiras Tours Oper. de Turismo Receptivo	RJ
Marco Navega	Fed. de Convention & Visitors Bureaux do Estado do Rio de Janeiro	RJ
Deyvidson Guilande	Canoa da Serra Turismo	RJ
Mariana de Oliveira	Pousada Paraíso	RJ
Diego Baronio	Favela B&B Rio de Janeiro	RJ
Láise Costa	Secretaria de Turismo de Paraty	RJ
Rogério Elmor	Petrópolis Convention Bureau	RJ
Ronnie de Andrade	Rpeterson Consultoria Em Turismo e Patrimônio	RJ
Rubeval França	Guia de Turismo	RJ
Rafaelle Silva	Ibhes	RJ
Patricia de Souza	C. E. Pref. Francisco Fontes Torres	RJ
Ilton da Silva	Cidqtur B.f – Assoc. Regional de Tur. da B. Fluminense	RJ
Isa Silva	Cidqtur B.flum e Ibtur	RJ
José da Silva	Prefeitura de Serra de São Bento	RN
Lázaro da Costa	Uern	RN
Ricardo de Moraes	Uern	RN
Darlyne Virginio	Ufrn	RN
Marcela Pessoa	Prefeitura Municipal de Santa Cruz	RN
Prefeitura de Bento Fernandes		RN
Elizabete Almeida	Estácio de Natal (Fac. Câmara Cascudo)	RN
Carmen Vera de Lucena	Setur/Rn	RN
Olivaci Júnior	Prefeitura de Macau	RN
Marcelo Taveira	Ufrn	RN
Cedney de Farias	Pref. Municipal de Coronel Ezequiel	RN
Milton Guedes	Secretaria Mun. de Tur. da Pref. de Tibau	RN
Eliane Praça	Emprotur	RN
Jorge Arruda	Unp	RN
Solange Portela	Sec. de Estado do Turismo do Rn	RN

Ricardo de Souza	Universidade Potiguar – Unp	RN
Maria da Silva	Turismóloga e Guia Regional	RO
Maria Geralda Pereira	Assessora Palamentar	RO
Rainara da Silva	Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. de Roraima	RR
Betek Locadora de Veículos	Transporte de Pessoas	RS
Eduardo Fagundes	Pref. Mun. de Nova Santa Rita	RS
Luis Ertzogue	Associação de Moradores e Amigos do Bairro Indianópolis de Tramandai	RS
Zelmute Marten	Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – Secdes	RS
Márcio Pilger	Câmara de Vereadores	RS
Vera Gheno	Assoc. dos Pescadores de Capão da Canoa- Apcc	RS
Helena Frosi	Autônoma – Guia de Turismo Regional, Nacional e América do Sul	RS
Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul		RS
John dos Santos	Pm Derrubadas	RS
Carlos da Rosa	Guia de Turismo – Autonomo	RS
Luiz Fernando Moraes	Secretaria de Turismo de Porto Alegre	RS
Michelle Rodrigues	Turismóloga	RS
Eduardo Vidal	Comitê de Ecoturismo e Turismo de Aventura da Costa Verde e Mar	SC
Valdete Campos	Secretaria de Turismo	SC
Jamille Douat	Instância Governança Caminho dos Príncipes	SC
Rodrigo Flâmia	Secretaria de Turismo de Itajaí	SC
Mariza Carvalho	Ufsc/Fapeu/Senac/Assesc	SC
Odete Delazeri	Prefeitura Municipal de Palma Sola	SC
Flávio Agustini	Secretaria de Turismo de Lages	SC
Rodrigo Sommer	Comunica Turismo	SC
Suzana Teodoro	Ahorepe Associação de Hotéis e Restaurantes de Penha	SC
Aline Mateus	Privada	SC
Susan Correa	Sec. de Tur. e Cultura de Balneário Piçarras	SC
Rejane Varela	Sds/Sc	SC
Vivian Floriani	Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar	SC
Flávio Luiz Agustini	Secretaria de Turismo de Lages	SC
Ailton Petry	Prefeitura de Massaranduba	SC
Claudio Hörbe	Arquiteto Urbanista Autônomo	SC
Marta Fogaça	Instância de Governança Encatos do Sul – Sc Conselho Regional de Turismo	SC
Renato Junior	Pref. Mun. de Braço do Trombudo	SC
Ana Bortolon	Prefeitura Municipal de Caçador	SC
Gustavo Setlik	Univali Balneário Camboriú	SC
Pedro Marcelo Siqueira	Cdl de Estância	SE
Lucas Tenório	Universidade Federal de Sergipe	SE
Maria Carneiro	Prefeitura Municipal de Araguacema	TO
Minerva Ferreira	Pref. Mun. de Lagoa do Tocantins	TO
Renato Julian	Sec. de Segurança Pública	SP
Carlos de Toledo	Expectativa Desenvolvimento Em Turismo	SP
Carlos da Silva	Prefeitura Municipal de Rubineia	SP

Edenir Belluc	Prefeitura de Sertãozinho	SP
Denise Daniel	Facic Fac. de Ciência Humanas de Cruzeiro	SP
Claudio Masson	Prefeitura Municipal	SP
Patrícia Alabarce	Universidade Anhembi Morumbi	SP
José Mário Filho	Ass. Téc. de Turismo do Mun. de Orlandia	SP
Bernardo Ignarra	São Paulo Turismo/Spturis	SP
Julio de Moraes	Presidente da Região Turística Pontal Paulista	SP
Selma Cabral	Turismo & Ideias	SP
Maria Carolina Pereira	Prefeitura Municipal de Lins	SP
Paulo Sanches	Prefeitura de Presidente Prudente	SP
Gilberto Back	Universidade Anhembi Morumbi	SP
Dominique Michelin	Prefeitura Municipal de Itai	SP
Vitória Brauner	Universidade Anhembi Morumbi	SP
Shirley da Silva	Universidade Anhembi Morumbi	SP
Simone Scorsato	Oficina de Hospitalidade	SP
Davidson Kaseker	Ação Consultoria e Marketing Turístico	SP
Rodrigo Sulina	Pousada Camburi	SP
Murilo Costa	Universidade Anhembi Morumbi	SP
Maria Pacheco e Silva	Espaço Fábrica São Luiz	SP
Jurandir de Oliveira	Universidade Anhembi Morumbi	SP
Bianca Grilo	Prefeitura do Município de Itatiba	SP
Patrícia Dutra	Prefeitura de Esp Santo do Pinhal	SP
Marcel Inocencio	Creceer	SP
Evandro da Silva	Prefeitura Municipal de Bora	SP
Sergio Henrique Crivelaro	Prefeitura de Novo Horizonte	SP
Nilda Guerra	Universidade Anhembi Morumbi	SP
Ademir de Paula Segundo	Prefeitura Municipal de Guará	SP
Celso de Oliveira	Comtur de Mairiporã	SP
Telma Della Monica	Forum Regional de Turismo Litoral Norte de São Paulo	SP
Andréia Auxiliadora de Paula	Instituto de Estudos Valeparaibanos	SP
João Gabriel Briganti	Caixa Econômica Federal	SP
Jéssica Saraiva	Universidade Anhembi Morumbi	SP
Andrea Nakane	Andrea Nakane – Universidade Anhembi Morumbi	SP
João Carlos Missorino	Confederação Nacional do Turismo	SP
Clarissa Gagliardi e Reinaldo Teles	Usp	SP
Rafael Bauer	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Ifsp	SP
Paulo Donizete Tiene	Praia Bonita É Praia Limpa	SP
Comtur São João	Pref. Mun. de São João da Boa Vista	SP
Eder Geovani Sambo	Sec. Mun. de Turismo e Cultura de Socorro	SP
Isabella Nora	Universidade Anhembi Morumbi	SP
Brenda Cabral	Universidade Anhembi Morumbi	SP
Francisco Matos	Prefeitura Municipal de São Paulo	SP
Jarbas Favoretto	Assoc. dos Mun. de Interesse Cultural e Turístico/Amitur	SP
Elizabeth Wada	Universidade Anhembi Morumbi	SP
Aristides Cury	Prisma Business	SP
Paula Ambrosino	Anhembi Morumbi	SP

Lista de Reuniões e Oficinas de Revisão e Avaliação do Programa de Regionalização

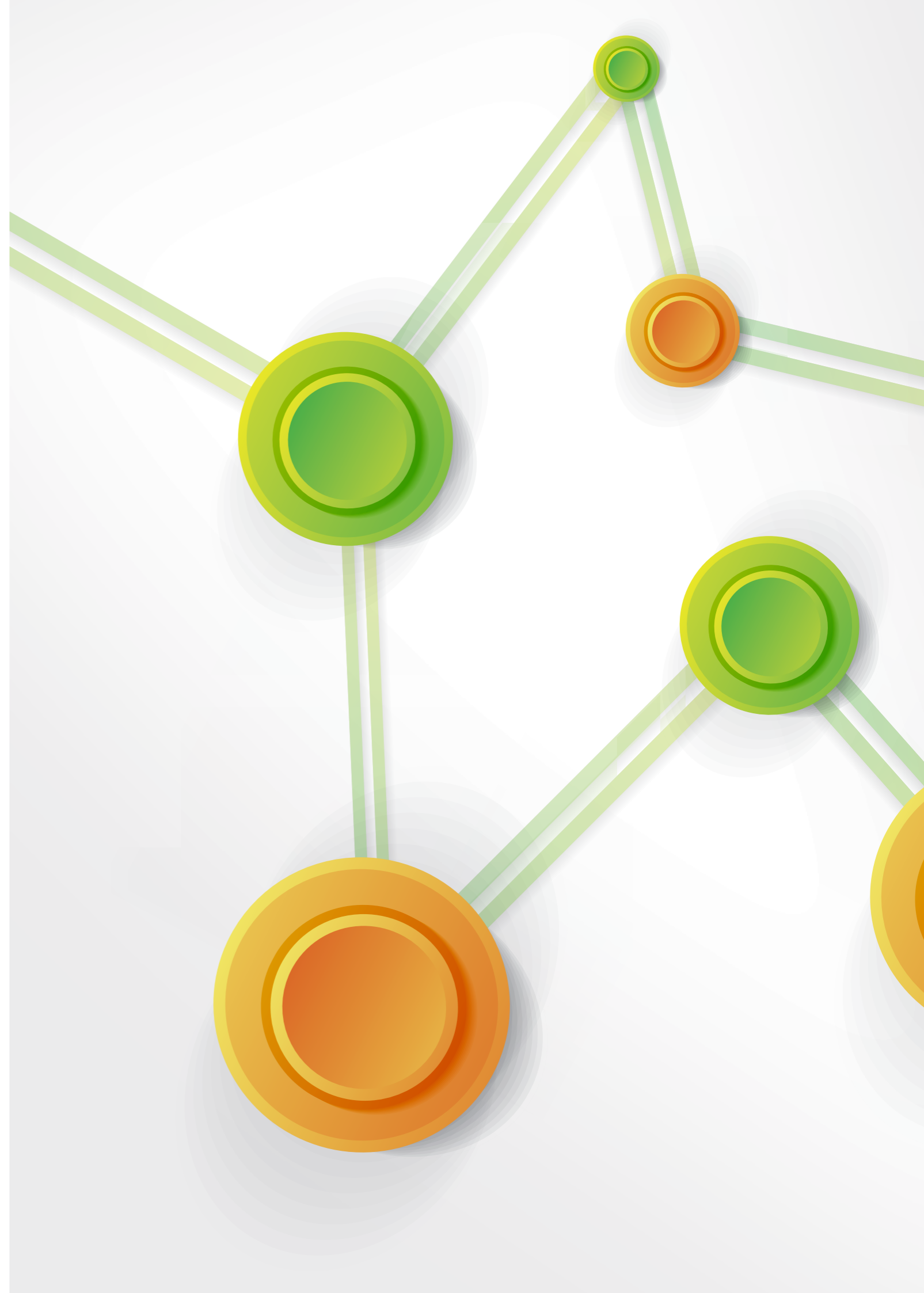
NOME	DATA	LOCAL
Reuniões Internas de Análise Situacional do Programa	1º Semestre de 2012	Brasília/DF
19º Encontro dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização	28/6/2012	Brasília/DF
Oficinas de Planejamento Interno do MTur	29/6 a 15/8/2012	Brasília/DF
1ª Oficina de construção da nova estrutura do Programa com os gestores das Macrorregiões	15/8/2012	Brasília/DF
2ª Oficina de construção da nova estrutura do Programa com especialistas das Macrorregiões	12/9/2012	?
20º Encontro dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização	13/9/2012	Brasília/DF
5ª Assembleia Ordinária da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo dos Destinos Indutores – ANSEDTUR (Ano XII)	1º/12/2012	Bonito/MS
Oficina com os Diretores e Coordenadores do MTur	11/12/2012	Brasília/DF
Câmara Temática de Regionalização	12/12/2012	Brasília/DF
Consulta Pública – Portal MTur	8/2 a 8/3/2013	
1ª Assembleia Ordinária da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo dos Destinos Indutores – ANSEDTUR (Ano XIII)	7/3/2013	Brasília/DF
21º Encontro dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização	8/3/2013	Brasília/DF
70ª Reunião do FORNATUR	14/3/2013	Belo Horizonte/MG
Câmara Temática de Regionalização	15/3/2013	Brasília/DF
39ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Turismo	25/3/2013	São Paulo/SP



Coordenação-Geral de Regionalização

Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação,
Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização

SCN Quadra 6, Bloco A, 12º andar , sala 1.210
Ed. Venâncio 3.000, shopping id
CEP 70716-900 – Brasília/DF – Tel. +55 61 2023-8134 – Fax +55 61 2023-8159
regionalizacao@turismo.gov.br www.turismo.gov.br



Realização

Ministério do
Turismo



Parceiros



Comissão de
Turismo e Desporto



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Comissão de Desenvolvimento
Regional e Turismo

SENADO
FEDERAL



Ministério da
Integração Nacional



EMBRATUR